



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2021 (nº 554, de 2021, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos da América (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946). É filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão.



SF/21071.15808-32



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Em 1979, graduou-se no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1984; e o Curso de Altos Estudos em 1997, tendo defendido tese intitulada “Globalização: arautos, cétricos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira”. Na área acadêmica, o diplomata é Mestre em Relações Internacionais pela American University, de Washington-DC, Estados Unidos da América.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Em sua carreira, desempenhou diversas e importantes funções. Desde 1982 tem sido professor e orientador no Instituto Rio Branco; de 1990 a 1992, foi Assessor Diplomático, Adjunto, da Presidência da República; em 1992 foi diretor-geral da Fundação Alexandre Gusmão; em 1993, foi Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; em 1994 ocupou o cargo de Assessor do Ministro da Fazenda; entre 1995 e 1998, estava na Embaixada em Londres, como Conselheiro; de 1998 a 2001, exerceu o cargo de subchefe e porta-voz do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores; entre 2001 e 2005, foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios na Embaixada em Washington; de 2005 a 2011, Chefe de Gabinete e Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; entre 2011 e 2013, representou o Brasil como Embaixador em Tóquio; de 2013 a 2016 ocupou o posto de delegado permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas; de 2016 a 2018, exerceu o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores; e, desde 2019, é embaixador do Brasil, chefe da Missão junto à União Europeia.

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão tem importante obra publicada na área de relações internacionais.

Como reconhecimento a seus serviços, o diplomata recebeu diversas e honrosas condecorações, entre elas a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular da China e sobre a Mongólia. Constam dos





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

As relações bilaterais entre Brasil e China são maduras, sólidas e baseadas em interesses comuns. Seus princípios basilares são soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não-interferência no processo político interno de cada país. A China permanece, desde 2009, como o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro.

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e adquiriram progressiva densidade e elevado grau de institucionalização. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica — a primeira do Brasil com um país em desenvolvimento — e, a partir de 2004, passaram a contar com o arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância bilateral.

O comércio bilateral atingiu, em 2020, seu maior volume histórico (US\$ 102,56 bilhões), com saldo superavitário para o Brasil de US\$ 33 bilhões. As exportações brasileiras destinadas à China cresceram 7% no período, apesar da pandemia, e representaram cerca de um terço do total exportado pelo país. A tendência se manteve em 2021 e, apenas nos nove primeiros meses do ano, já foram ultrapassados os valores recordes do ano anterior para a corrente de comércio, as exportações brasileiras e o superávit do Brasil.

De acordo com dados compilados pelo Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019 (terceiro trimestre), com estoque estimado em US\$ 80 bilhões. O montante é inferior apenas aos investimentos feitos pelos EUA, estimados em US\$ 82 bilhões no final do mesmo período. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com dados compilados entre 2007 e 2020, aponta estoque de US\$ 66 bilhões, montante que corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul. Com relação ao destino dos investimentos chineses, destacam-se os setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo, bem como de transportes, telecomunicações, serviços financeiros e indústria.

Muito embora sejam menos expressivos os investimentos brasileiros na China, especialmente se comparados aos investimentos chineses no Brasil ou



SF/21071.15808-32



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

aos investimentos brasileiros em outras regiões, o volume tem crescido e o estoque já passaria dos 350 milhões. Relatório do CEBC posiciona a China no quarto lugar no ranking de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior.

Em 2014, a China tornou-se a maior economia do mundo pelo critério da paridade de poder de compra (PIB PPP). A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, com contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas (a população total é de 1,4 bilhão), cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia. Nos últimos anos, houve relativa desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Entre 1979 e 2015, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. Em 2018, a taxa de crescimento foi de 6,6%; em 2019, foi de 6,1% e, em 2020, de 2,3%. Ainda que seja a menor alta do PIB chinês desde o fim da Revolução Cultural, o resultado concedeu à China o posto de única entre as grandes economias mundiais a registrar crescimento positivo em 2020.

Em 2006, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo, que prevê contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados. O mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países foi lançado em junho de 2012, por ocasião de visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados foi criado em 30 de junho de 1993 (Resolução nº 47/93) e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal foi criado em maio de 2004 (Resolução nº 04/04).

Existe, no âmbito da corrente legislatura do Congresso Nacional do Povo chinês, grupo parlamentar de amizade com o Brasil, presidido pelo diretor do Comitê de Supervisão e Justiça e integrado por outros 12 representantes.

Sobre a Mongólia, cabe registro nesse Relatório que a Mongólia é um país mediterrâneo, situado entre a Rússia e a China, no centro-norte da Ásia. Possui uma das menores taxas de densidade demográfica do planeta, com população de pouco mais de 3 milhões de habitantes e a 18ª maior extensão geográfica: 1,56 milhão de km².



SF/21071.15808-32



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Circundada por duas grandes potências, a Mongólia desenvolve relações amistosas e de cooperação com países tanto do Oriente quanto do Ocidente. Busca seguir uma política externa pacifista, independente e aberta. Possui grande potencial no setor mineral e direciona os objetivos de sua política comercial para a ampliação do acesso aos mercados externos e maior integração à economia mundial, para a superação de seu isolamento geográfico.

O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Entre 2007 e 2015, o Brasil e a Mongólia intensificaram os laços bilaterais.

Em 2020, as trocas bilaterais somaram US\$ 2,6 milhões, queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (US\$ 5,4 milhões), quando o intercâmbio esteve próximo do recorde histórico de 2017 (US\$ 5,6 milhões). O Brasil registrou superávit US\$ 2,4 milhões, exportando sobretudo medicamentos (40%), artigos de confeitaria (37%) e carne de frango (6%). As importações brasileiras da Mongólia, que em 2019 registraram recorde de US\$ 1 milhão, somaram apenas US\$ 248 mil em 2020, centrados em compostos nitrogenados (65%) e matérias plásticas (29%). Entre janeiro e agosto de 2021, o comércio bilateral atingiu o patamar de US\$ 1,2 milhão, com saldo positivo para o Brasil de aproximadamente US\$ 400 mil. O Brasil exportou sobretudo artigos de confeitaria (60%), ferramentas (12%) e chocolate (11%), ao passo que as importações se concentraram em matérias plásticas (54%) e compostos de função nitrogênio (43%).

Em 24 de julho de 2019, foi constituída a Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), em Ulan Bator. A Câmara declara ter por objetivo incrementar o volume de comércio entre o Brasil e a Mongólia e conta com cinco diretorias - atualmente ocupadas por três brasileiros e dois mongóis

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente



SF/21071.15808-32



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

, Relator



SF/21071.15808-32